



A MULHER NEGRA E SUA REPRESENTATIVIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO FORA DOS MUROS DA ESCOLA

ARTIGO DE REVISÃO

PONTES, Dalila Fonseca¹, SOUZA, Juciara Perminio de Queiroz², SILVA, Jandaira Fernandes da³

PONTES, Dalila Fonseca. SOUZA, Juciara Perminio de Queiroz. SILVA, Jandaira Fernandes da. **A mulher negra e sua representatividade no processo educativo fora dos muros da escola.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 06, Vol. 05, pp. 67-84. Junho de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/mulher-negra>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/mulher-negra

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as mulheres negras e suas representatividades no processo educativo fora dos muros da escola. Mulheres estas que de alguma forma influenciaram a educação atravessando uma cultura brasileira e em muitos momentos não participando de uma relação direta com a escola. Dessa forma, apresentar-se-á um panorama sobre questões raciais e, por conseguinte, questões de gênero, citando, porém, mulheres anônimas e/ou conhecidas dentro e fora do país e sua contribuição para a educação de mais de uma geração, ao passo que também falar-se-á sobre a existência de um relação política. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, para tais protagonistas que deixam marcas reluzentes e abrem discussões sobre o quanto são importantes e complementam a educação escolar. Os resultados revelam que a visão que se tem da mulher negra foi construída historicamente sob a égide das teorias colonialistas. Dessa forma, a escola é espaço onde as histórias de mulheres que circulam fora de seus muros devem ser contadas a fim de se desconstruir a visão da mulher negra como ser inferior.

Palavras chave: Educação, Gênero, Racismo, Representatividade.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute a representatividade da mulher negra fora do espaço escolar, ou seja, abordam-se ações de Educação não sistemática, nas quais mulheres negras se



destacaram ao longo da história e especialmente na contemporaneidade; mulheres que desde sempre tiveram atuação fundamental na formação do povo brasileiro. A história remonta à sua inserção no território brasileiro, na condição de pessoa escravizada, situação retratada por Lélia Gonzalez (1984), ao discorrer sobre o racismo e sexismo na sociedade brasileira. Essa autora destaca a importância da “mãe preta” na formação da sociedade brasileira e na construção da linguagem nacional.

Ao se pensar na história das mulheres a partir da sua cor ou raça, percebe-se que as mesmas foram silenciadas e invisibilizadas pela História e Cultura dominante e que só começaram a fazer valer a sua voz quando se lançaram no campo da política, em primeira instância lutando pelo direito à educação, seguido pelo direito ao voto e outras conquistas pela igualdade. Elas ensinaram o poder da representatividade conquistando alguns sucessos em ambientes onde a tendência era/é imperar o racismo e o machismo patriarcal (OXFAM BRASIL, 2020).

De acordo com Lerner (2019, p. 31): “A existência da história das mulheres foi ignorada e omitida pelo pensamento patriarcal- fato que afetou a psicologia de homens e mulheres de forma significativa”. Assim sendo, o ativismo das mulheres negras proporcionam exemplos de luta para o surgimento, mesmo longe dos holofotes, de ações sociais com vistas a alterar o ambiente onde vivem, tornando-se ativistas, peças importantes da engrenagem da sociedade onde estão inseridas.

Nesse contexto, este artigo tem como questão norteadora a seguinte indagação: como mulheres negras têm contribuído para desconstruir a representação do negro na cultura contemporânea de modo a construir uma representatividade que gera modelos outros de negritude feminina?

Essa discussão mostra-se relevante, pois como aponta Ribeiro (2017), mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, as mulheres negras partilham processos de resistências. Sendo assim, a educação brasileira se desenvolve dentro de parâmetros que são pré-estabelecidos pela



sociedade capitalista e patriarcal, garantindo a heteronormatividade e a hegemonia da cultura eurocêntrica.

Os diversos movimentos sociais, porém, a exemplo do Movimento Negro, intelectuais e ativistas impulsionaram mudanças significativas na educação formal e informal. E assim, aos poucos foi-se ganhando novas perspectivas estruturais proporcionando novos olhares sobre temas relevantes como a igualdade de gênero e a luta contra o racismo. Mulheres notórias e anônimas no cenário brasileiro e internacional inspiram e estimulam a esperança de futuro mais favorável e menos desigual fora do muro dessas escolas, contribuindo para um processo formativo que foge ao currículo educacional do ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois conforme elucida Minayo (2003), nesse tipo de investigação o cerne da pesquisa reside sobre realidades as quais não podem ser mensuradas, quantificadas, haja vista que integra o campo dos significados, das motivações, dos valores e atitudes.

Os objetivos foram retomar o papel da mulher negra na formação do povo brasileiro e discorrer sobre o conceito de representação e sua relação com o modo como negros e negras eram e ainda são vistos pelas sociedades de formação eurocêntrica. Além disso, pretende-se abordar a questão da representatividade de mulheres negras que constroem modelos dissidentes de comportamento feminino se comparado ao padrão patriarcal.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse estudo optou-se pela Teoria das Representações Sociais estabelecida por Serge Moscovici (2012) no seu estudo *“A Psicanálise, sua imagem, seu público”*. Essa obra foi um divisor de águas para o universo acadêmico, haja vista que estabelece outra forma de comunicar além da científica, a saber, o universo da conversação informal, do cotidiano. Dessa forma, o pesquisador propôs outras formas de se compreender os fenômenos sociais (ALVES, 2014).



Para esse estudioso, as representações sociais se organizam “como um saber prático ou do senso comum, que tem sua origem nas práticas sociais” (ALVES, 2014, p. 44). Esse postulado trouxe uma outra perspectiva sob os fenômenos sociais, ao mostrar a necessidade de se romper com a história, pois esta não era uma ciência natural, era marcada humana e culturalmente.

Além disso, Moscovici partia do pressuposto de que a separação entre o indivíduo e o coletivo era um engano, pois os comportamentos humanos não eram simples resultados de processos internos ou fisiológicos. Ele também acreditava que as questões sociais não eram meras interações ou trocas de poder. Essas relações entre indivíduo e coletivo eram mais complexas, envolviam conflitos, dissonâncias. Essa compreensão o levou a afirmar que não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível” (MOSCOVICI, 2012, p. 11).

Quando esse pensamento de Moscovici é reportado à realidade brasileira, compreende-se que a representação que brancos têm dos negros ou que os negros têm de si mesmos não resulta de uma visão particular, de processos internos de cada povo, mas de um emaranhado de relações que envolvem questões históricas, econômicas, que se intercambiam, perpassam o social e que geraram e ainda geram muitos conflitos, haja vista que o branco tenta se impor neste sistema relacional como superior.

Na perspectiva de Moscovici, uma Representação Social nada mais é do que

Um sistema de valores, idéias, e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social (MOSCOVICI, 2005, p. 21).

Conforme postula Moscovici (2012, p. 27), a representação social pode ser compreendida como “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” . Isso significa



que, a partir do que cada sujeito conhece ou compreende um fato, uma situação, um conceito, ele constrói uma representação. Mas como esse conhecimento particular é construído? Ele se constrói por meio das interações sociais, por isso, a teoria de Moscovici associa o individual ao social ou ao coletivo.

À luz do conceito de Moscovici sobre representação, depreende-se que o modo como o negro vê a si mesmo ou como a sociedade brasileira enxerga o negro foi construída historicamente. É uma visão diminuta, depreciativa, que remonta ao período do Brasil enquanto colônia de Portugal. Esta visão, por sua vez, tem sido refutada e questionada, haja vista que não se concebe mais a história como um saber de conteúdos fechados em si mesmos, sem questionamentos. Por isso, se põe em xeque muitas afirmações históricas, sobretudo aquelas construídas no período colonial.

Acerca da colonização e das ideias que circularam na sua época, é possível afirmar que mesmo tendo se findado o período colonial, os efeitos da colonização ainda se propagam, ainda se fazem sentir. Por isso, segundo elucidam Oliveira e Lucini (2021), a colonização não foi um evento que se findou com a emancipação política das colônias. Ainda nos dias atuais, os processos ideológicos coloniais são sentidos ou percebidos na organização econômica, nas relações de trabalho, nas relações pessoais, entre outros. Foi esse entendimento que motivou muitos pesquisadores na América Latina a “ampliar categorias e conceitos adequados à América Latina como uma iniciativa de desenvolver estudos acadêmicos dedicados a esta problematização” (OLIVEIRA, LUCINI, 2021, p. 98).

É na esteira dessa discussão que surgem os estudos decoloniais. Na perspectiva de Catherine Walsh, o termo decolonialidade designa resistência e recusa. É uma recusa ao modelo colonialista que, com base nos conceitos de raça, subalterniza e deprecia certos grupos étnicos. Se existe o termo decolonialidade, também há o termo colonialidade. Este último “equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 13).



Desse modo, os teóricos da decolonialidade como Walsh, Quijano, dentre outros que concordam com essa teoria questionam o projeto de modernidade europeu e o discurso do colonizador branco europeu que coloca as nações europeias colonizadoras num patamar de superioridade e que diminui e despreza os povos originários das colônias, os mestiços e os escravizados. Haveria modernidade sem exploração das colônias? Existiria modernidade sem exploração da mão de obra escravizada? Nas palavras de Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a resposta é não.

Sem colonialismo não haveria modernidade, sem mão de obra gratuita, sem o trabalho escravo, o projeto europeu de acúmulo de capital, não seria possível. Foi a exploração da mão de obra escrava, a exploração de terras alheias e de seus minerais que enriqueceu a Europa e possibilitou o investimento na industrialização nos séculos seguintes. A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016, p. 17)

À luz desse pensamento, compreende-se que o racismo é, portanto, uma construção histórica, uma ideologia do branco europeu que precisava no sistema-mundo colonial estabelecer uma diferença entre ele e o colonizado, o escravizado. Essa diferença não ficou circunscrita a questão étnica, foi além, alcançando o mundo do trabalho e

[...] o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento. A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Coronil (1996), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e



atrasados (BERNARDINO-COSTA;GROSFOGUEL, 2016, p. 18).

Com isso, a ideia dos negros como inferiores, atrasados, sem alma, como povo sem beleza foi construído ao longo da história do povo brasileiro. Os negros foram ensinados a se verem assim. A sociedade foi ensinada a ver os negros dessa forma. Tudo isso legitimado historicamente. Como romper com essa tradição colonialista? Como homens e mulheres afrodescendentes podem se ver de forma diferente?

Por meio de uma educação antirracista que apresente outros modelos e ideias sobre o ser negro, que tragam pessoas que sejam exemplos de representatividade. É por meio da representatividade que se combate o que o Instituto Unibanco (online) chama de racismo, a saber, “o conjunto de preconceitos direcionados à população negra encontra-se enraizado no inconsciente e na subjetividade de indivíduos e instituições, se expressando em ações e atitudes discriminatórias regulares, mensuráveis e observáveis”. Tudo isso camuflado, pois impera no imaginário popular o mito do Brasil como uma democracia racial.

Segundo esta ideia, conforme explica Nascimento (1978), pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial ‘constitui o maior motivo de orgulho nacional’ (...), no entanto, “devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid na África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978, p. 41 e 92).

Entende-se que a representação que se tem aqui no Brasil de homens e de mulheres negras não passam de simulacros. De acordo com o dicionário on-line de Língua Portuguesa, a palavra simulacro designa uma “imagem que imita uma coisa ou pessoa” ou uma “imitação, cópia defeituosa ou mal feita”. O conceito de simulacro surge com o filósofo Platão quando este buscava explicar o trabalho realizado por outro grupo de filósofos: os sofistas. Os sofistas lidavam com a argumentação, com o



convencimento por meio da linguagem e cobravam para ensinar as pessoas a arte da retórica. Dessa forma, sabendo argumentar, os sofistas mostravam que era possível fazer com que algo que não era, passasse a ser (REZINO, FREITAS, 2018).

O negro não era e não é inferior a nenhum outro povo, o negro tem sua beleza, porém, passou a ser descrito como inferior no discurso eurocêntrico. Por conta disso, acredita-se que a desconstrução do simulacro sobre o negro, em especial sobre a mulher negra requer que se discuta a representatividade. A palavra aqui destacada, etimologicamente falando, segundo o dicionário online vem do Latim *Repraesentare*, “colocar à frente”, de Re-, prefixo intensificativo, mais *Praesentare*, “apresentar”, literalmente “colocar à frente de”, formado por *Prae-*, “à frente”, mais esse, “ser, estar”. Urge, então, que modelos de mulheres negras sejam colocados à frente do que a historiografia colocou ou invisibilizou (REZINO, FREITAS, 2018).

Ao reclamar o significado e a efetiva representatividade afrodescendente não intenciona-se emudecer o discurso branconcêntrico, nem seria possível do ponto de vista histórico, mas refazer um percurso que oportunize ao negro o protagonismo social. A representatividade deve romper com o colonialismo intelectual que cerceia o afrodescendente de enunciar-se e desafiar o *status quo*. É preciso dar eco às vozes subalternizadas pela equalização das vozes eurocênicas. (REZINO, FREITAS, 2018).

Sob este prisma, os escritores Silvio Almeida e Djamila Ribeiro (2019, p. 111) dizem que “(...) por mais importante que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou o sexismo estão sendo ou foram eliminados”. Desse modo, é possível depreender que a função de uma representatividade não é apenas ocupar diversos espaços sociais, para fazer parecer que todos são iguais. Mas, ao contrário quebrar estruturas internas que causam uma clara dicotomia entre estar e ser.



3. MUITO ALÉM DA AMA DE LEITE: A IMPORTÂNCIA DA MULHER NEGRA AO LONGO DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Quando se fala da história dos negros no Brasil, há um silenciamento na historiografia acerca do importante papel que estes tiveram na formação do país. Em se tratando da mulher negra esse silenciamento é ainda maior. Por isso, é importante relembrarmos o percurso intelectual das negras na história (REINHOLZS, 2019). Eram as amas negras de leite que ensinavam os filhos das senhoras a lutar pela vida, buscando o vital alimento no ato de sucção; eram os seios da “raça” menosprezada que garantia a continuidade da prole da “raça” dominante. Por isso, González (2020) nos afirma

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende por que, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. O problema não está nas fontes, pois com certeza elas são abundantes para a reconstrução da história social da antiga sociedade mesopotâmica (GONZALEZ, 1984, p. 78).

Freitas (2017) assinala que o trabalho desenvolvido pelas amas negras ficou no ideário brasileiro restrito, na maioria das vezes, à questão da alimentação das crianças brancas. Não precisa muita imaginação para saber que aquela mulher que alimentava também exercia o verdadeiro papel de mãe, ensinando a assear-se, vestir-se, colocar-se na sua posição de filho do dono da casa entre outras. Além disso, educavam também seus próprios filhos numa linha de aparente submissão *ao status quo*, mesmo sem muitas vezes ter a exata noção do que estavam fazendo.

Em meados do século XIX, as lutas negras se institucionalizaram e se intensificaram. O sistema de escravidão perde força, perde sua legitimidade, dando oportunidade ao



surgimento de novas questões sociais, um novo antagonismo que presume o surgimento do capitalismo, quando as lutas contra o racismo e feminismo passam a aflorar em resposta a tal surgimento.

Muitos questionamentos foram feitos ao longo da história, mas a representatividade da mulher negra, ao menos dentro dos muros da escola, ainda é incipiente. Na política também o é. Percebemos que a razão da baixa representatividade das mulheres negras na política está pautada em questões estruturais da nossa sociedade: machismo e racismo. Tal afirmação, coloca as mulheres negras, foco dessa discussão, numa condição de aceitação e submissão, que as deixam em um patamar de submissão questionável (OXFAM BRASIL, 2020).

Sendo essa mulher negra antes de tudo uma sobrevivente, inicia-se um processo de adaptação às situações de maneira a conquistar seu espaço, enquanto sobrevive e se esquia da crescente violência e repressão social.

Mas, infelizmente, a subserviência e inferiorização da mulher negra, não é coisa do passado. Ainda na atualidade não são poucos os relatos de meninas negras que tem sua infância roubada por assumirem ainda em tenra idade a responsabilidade de criar outra criança. É possível imaginar quantas atribuições são dadas a uma menina em formação e a couraça que a mesma precisa reverter-se para assumir o papel involuntário de educar e “educar-se” segundo padrões e cultura de uma classe específica, detentora de poder.

Esse panorama apresentado torna-se o ambiente propício a propagação do racismo e do machismo. Segundo comenta Vieira (2020), a Revista Resistência, em sua edição de 15 de julho de 2019, nos traz uma afirmação de que a luta é maior do que se pensa, pois nas palavras de Winnie Bueno, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul “Estamos sendo governados por um presidente que nega a existência do racismo. Essa afirmação leva o próprio governo a um grau de omissão que massifica, desfaz e ojeriza todo o processo de luta expressiva contra o racismo, pois o Estado é o responsável maior por todas as políticas instituídas e firmadas em nosso país. Yashar (2005) argumenta que ao tomar



como foco de análise as identidades políticas e sujeitos coletivos, é perfeitamente lógico que se tome o Estado como ponto de partida, haja vista que na era do Estado-Nação é o Estado que fundamentalmente define os termos públicos da política nacional de formação identitária, expressão e mobilização.

Desta forma, enquanto problema social, ao Estado caberia criações de políticas públicas que favorecem todo ser humano sem distinção. Como isso não ocorre de maneira efetiva, termina por impor aos negros, especialmente às mulheres um desafio a mais, o de fazer saber que o racismo não é um apenas um discurso de categoria e sim um problema que o governo ignora veementemente. O estado termina por esquecer que os negros são seres políticos e que a política feita por mulheres negras é tão presente e eficaz quanto qualquer outra. Ressalta-se aqui que a própria sobrevivência e a resistência em épocas de escravidão, foram ações políticas e se os passos são lentos, isso tem a ver com a falta de acesso à educação, que sempre foi negado ao povo preto (FRANCISCO, 2019).

De acordo com dados do IBGE, 7 em cada 10 alunos pretos concluem os estudos do Ensino Fundamental e 17 % a menos concluem o Ensino Médio (VIEIRA, 2020). Dessa forma, ao falarmos sobre educação, de pronto nos direcionamos a escola ou a família e a todos os fatores que levam os negros a estarem sempre em escala menor de formação pedagógica que os brancos. Salários defasados, violência, moradia precária fazem com que os direcionamentos tomados por estas pessoas sejam além da escola. Esses dados não distinguem gênero assim, o cenário torna-se mais intenso e preocupante se direcionarmos apenas às mulheres. O acesso de mulheres negras à escola é impactado pela desigualdade social e pela ineficiência de políticas públicas no Brasil. Aqui aflora não somente a questão de raça, mas também o gênero que traz questões abrangentes socialmente como afirma bell hooks:

Quer na sala de aula, quer em minhas palestras públicas, perguntam-me continuamente se o interesse negro pelo fim do racismo não exclui o envolvimento feminista. “Voce não acha que as mulheres negras, como raça, são mais oprimidas que as mulheres em geral? O movimento feminista não é direcionado, na verdade, para as mulheres brancas? As mulheres negras não foram sempre liberadas? [...]O comprometimento com a politica feminista e com a luta pela libertação negra significa que tenho



que ser capaz de confrontar as questões de raça e de gênero dentro de um contexto negro, proporcionando respostas significativas para perguntas problemáticas e meios acessíveis e apropriados para comunicar essas respostas. (hooks, 2017, p. 152).

Assim, o estudo aprofundado e questionador acerca das mulheres negras precisa ganhar força, ser confrontado e obter repostas para que hajam mudanças significativas no cenário do racismo estrutural e no contexto feminista atual. Neste viés, o livro *“Mulheres Negras na Educação Brasileira”* traz relatos que mostram a preocupação em pensar a questão da mulher negra no Brasil, muito além da questão do racismo, da desigualdade, dos processos reais de exclusão dessa mulher do mercado de trabalho, do preconceito, da discriminação e de tantos outros elementos que sempre se destacam quando se realizam análises sobre as questões de gênero e raça no Brasil.

Inúmeros são os exemplos de mulheres fortes, guerreiras, precursoras de debates educacionais que vão além dos propostos nesse artigo. Porém, tratemos agora de uma reflexão acerca de uma educação extra sala de aula, que propicia um desenvolvimento intelectual tão importante e efetivo quanto aquele ministrado entre quatro paredes. Pois, Ribeiro já nos sinaliza :

Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo (RIBEIRO, 2017, p. 8).

Assim sendo, ainda que excluídas, a vivência, a sobrevivência, as histórias de vida e de luta, proporcionam a essas mulheres uma capacidade de atuação, de um ativismo protagonista que termina por educar e embelezar a vida de muitas pessoas ao seu redor e de pessoas desconhecidas.

Mulheres como Tereza de Benguela, Ruth de Souza, Carolina Maria de Jesus, Yvonne da Silva Lara, Conceição Evaristo, Glória Maria trazem consigo histórias de mulheres negras, reconhecidas e tratadas como exemplos de um ideário além dos muros das



escolas. Ao mesmo tempo, podemos reconhecer em nossos *habitat* pessoas anônimas porém de igual força representativa, que entendem e estabelecem a educação como meta de vida, mas que, exalam em seus movimentos, em suas trajetórias posturas que evidenciam e testemunham um ativismo educacional não legalizado, porém assertivo pelo ideal que propõe (PORTAL GELEDÉS, 2012).

A escola normatiza, organiza os conteúdos, porém em vista do que já estudamos acima, percebemos também que ela exclui. É uma luta de décadas. E ainda hoje, no século XXI, pessoas se deparam com questões racistas e feministas de maneira cruel e abusiva, ainda que o racismo seja um crime previsto pelo código penal e o feminismo esteja tão atuante nas vitrines da mídia e das redes sociais.

Desconstruir essa visão racista pode se dar no espaço escolar, pois

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (HOOKS, 2017, p. 273)

Assim, o futuro da educação brasileira é visto sob várias óticas e perspectivas. Aqui neste estudo, existe um olhar sob a perspectiva de mulheres negras, engajadas ou não na educação, mas que percebem a evolução da sociedade e lutam contra uma situação de descaso governamental e ainda assim exalam uma expectativa positiva, pois conhecem e dão conta de exemplos de conquistas de mulheres notórias e também anônimas que as inspiram e estimulam a ter esperança uma situação mais favorável e menos desigual.

Desta forma, mulheres negras como Sueli Carneiro, intelectual, reconhecida como das mulheres mais importantes do Brasil, engajada, Doutora em Educação e uma das mais notórias entusiastas do Movimento Negro do Brasil; a polivalente enfermeira, Iyalorixá (mãe de Santos) e poeta Alzira Rufino, presidente da Casa de Cultura da



Mulher Negra, com publicações em jornais e revistas brasileiras e estrangeiras de vários segmentos e Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento), psicóloga e fundadora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (Ceert), com uma atuação de dimensões nacional, coleciona importantes vitórias em tribunais do Brasil na luta por garantia dos direitos da população negra, serão cada vez mais comuns.

Não se pode deixar de mencionar como exemplo de representatividade de mulher negra a repórter Glória Maria. Ela foi uma das primeiras repórteres negras a trabalhar na TV brasileira, a entrar ao vivo quando a TV passou a exibir seus programas em cores. Além disso, ao longo de cinco décadas de carreira, Glória Maria mostrou mais de 100 países em suas reportagens e protagonizou momentos históricos. Entrevistou chefes de Estado e celebridades como Michael Jackson e Madonna. Também cobriu a Guerra das Malvinas, em 1982; a invasão da embaixada brasileira do Peru por um grupo terrorista, em 1996; os Jogos Olímpicos de Atlanta, também em 1996; e a Copa do Mundo de 1998, na França[4]. Glória Maria é um exemplo porque veio de uma família humilde do Rio de Janeiro “Filha do alfaiate Cosme Braga da Silva e da dona de casa Edna Alves Matta, estudou em colégios públicos e sempre se destacou”. [5]

Esses nomes mostram que a jornada ou missão já está muito bem caminhada e que tempos outros virão com melhor previsão para a população negra que aos poucos abandona o estereótipo da mulher relegada ao canto da foto, com lenço na cabeça e avental no peito, ou outrora aprisionada numa casa cheia de filhos sem projeção de crescimento nem possibilidade de mudança. A respeito, Francisco (2019), acrescenta:

As mulheres negras, como eu, que estão ocupando espaços de poder, sabem da responsabilidade de desconstruir essa estrutura em que o homem branco sempre está no topo. E de trazer consigo a força ancestral de todas as mulheres negras, elaborando políticas públicas que garantam os nossos corpos ocupando todos os espaços. O futuro, não tenha dúvidas, é uma mulher negra que se move lentamente, mas chega onde quer. E não chega sozinha. (FRANCISCO, 2019)

“Mulheres Negras na Política: O futuro é uma mulher preta”. Essa frase também de Francisco reforça a ideia de um coletivo organizado onde mulheres alimentam uma ideia e que será a base para uma verdadeira revolução que já vem acontecendo no



silêncio, dentro das crianças que se veem representadas em tantas outras mulheres negras como as que foram apresentadas aqui e que estão abrindo o caminho para diminuir e quem sabe eliminar desigualdades baseadas em gênero e etnia. Todas elas chegaram onde chegaram através de um trampolim chamado Educação. É a perspectiva ganhando, corpo, voz, nome e cor.

4. ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA, O QUE TRAZ O FUTURO?

Acredita-se que as mulheres citadas ao longo desse artigo têm cooperado para que vozes dissidentes, representatividades femininas negras dissidentes comecem a ecoar no Brasil. São mulheres que se arvoram como símbolos para as gerações posteriores. Isso é muito importante, pois conforme defende Pierre Bourdieu (1989) em seu livro “*O poder do simbólico*” os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação, os quais podem exercer um poder estruturado porque são igualmente estruturados. As construções simbólicas têm o poder de construir a realidade e de estabelecer uma ordem para essa realidade, por isso, podem ser instrumentos políticos de dominação. Por isso, as classes dominantes se valem dos sistemas simbólicos para se manterem unidas e continuarem no poder.

Se as construções simbólicas podem ser instrumentos de comunicação e usados pelas elites dominantes, elas também podem ser usadas pelos dominados para contestar a ordem estabelecida, para construir novas formas de compreensão. Por esse motivo, é urgente que se resgatem símbolos da cultura negra no Brasil. Infelizmente, a historiografia do Brasil foi construída pelos brancos, os quais seguindo um pensamento eurocentrado invisibilizaram homens e mulheres de origem africana que muito contribuíram para a formação cultural brasileira. Dessa forma, as construções simbólicas que se tem enaltecem os brancos. Daí a importância da representatividade, da construção de símbolos pelas comunidades afrodescendentes.

Os povos que foram dominados, subjugados e vítimas do apagamento cultural precisam ter suas construções simbólicas, sua representatividade

Ser representado, em um sentido amplo, é ser visível. É ter existência. Pensar na representação de um segmento é, assim,



pensar em diferentes camadas ou dimensões de ser e de estar. Aquele que não é representado é, nesse sentido, invisibilizado em ao menos três dimensões: a subjetiva, a cultural e a política (SILVA; SILVA, 2020, p. 42, grifo nosso).

Ser visível, ser notado, existir, ser reconhecido, eis a demanda de homens e mulheres afrodescendentes, haja vista que o sujeito que não tem representatividade, “[...] tem dificuldade em se reconhecer naquele outro posto como padrão, a partir do qual as demais existências serão avaliadas e hierarquizadas. O sujeito negro não-representado só tem como espelho –como ideal social -o branco” (SILVA; SILVA, 2020, p. 43).

Além das mulheres negras brasileiras, há ainda aquelas que a indústria cultural tem apresentado mundialmente como símbolos de representatividade. Que dizer da Rainha Ramonda e sua e sua filha Shuri, as quais passam a comandar a poderosa nação africana de Wakanda, em *Pantera Negra 1 e 2*? Ou ainda o que dizer da protagonista do filme *A mulher rei*?

Essa obra cinematográfica, dirigida por Gina Prince-Bythewood, é baseada em fatos reais e conta a história do exército feminino Agojie, o qual protegia o reino Daomé, atual Benin[6]. No filme, a personagem principal é Nanisca (interpretada por Viola Davis), a comandante do exército de mulheres que lutava contra tribos rivais e combatia os colonizadores. O grupo de mulheres guerreiras foi criado por conta da baixa na população masculina por causa das guerras, pois muitos morriam ou eram dados como escravos[7].

O interessante dos dois filmes citados é que eles mostram homens e mulheres africanos como guerreiros, fortes, lutadores e não como mero escravizados. Pode-se dizer que esses filmes cooperam para fazer ecoar vozes dissidentes, haja vista que não corroboram com discursos repetidos ao longo da história dos negros africanos como seres inferiores, que apenas serviam como escravos.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como um povo se vê, o que considera como símbolo não é uma construção natural. É uma construção histórica, tecida pelas mãos de grupos hegemônicos que decidiram e ainda decidem o que deve ser contado e como deve ser contado. No caso do Brasil e demais países da América Latina, os colonizadores europeus construíram um discurso para justificar a dominação e exploração dos povos originários e das riquezas das terras destes. Nesse discurso, o branco europeu, cristão, era superior e, por este motivo, podia dominar os povos considerados inferiores.

Seguindo a lógica desse pensamento, o branco estava em primeiro lugar para receber vantagens e privilégios, em seguida os mestiços e em último lugar os povos originários e os negros que serviram de mão de obra escravizada. Assim era na colônia e assim ainda permanece nos dias de hoje. Os negros sofrem para conseguir estudar, ter uma boa moradia e conseguir se colocar no mercado de trabalho. O que é isso senão as raízes do colonialismo?

Essas raízes estão fincadas na mente de muitos latinos, muitos brasileiros. É por isso que homens e mulheres negras não conseguem ver a si mesmos como pessoas bonitas, pois têm uma educação pautada em estereótipos sociais. Nesse ínterim, que o fato de o currículo escolar privilegiar símbolos da cultura branca e invisibilizar os símbolos dos negros e negras, contribui também, para uma formação negativa da autoimagem do afrodescendente. Diante disso, urge a construção de um currículo decolonial, um currículo que contemple a cultura negra e indígena, um currículo que resgate os símbolos desses povos que na verdade são símbolos da cultura nacional.

É preciso trazer para dentro dos muros da escola a história dos negros, afinal a história brasileira está recheada de mulheres, negras, guerreiras e ativistas da causa educacional, são artistas, celebridades, professoras, lavadeiras, domésticas, merendeiras, mulheres da política, do compromisso, da dedicação, do sacrifício, enfim, mulheres que fizeram e fazem a diferença na luta diária pela garantia do direito à educação de qualidade tanto para seus contemporâneos como e principalmente para as gerações futuras. São Marias, Ednas, Alziras, Roselis e uma infinidade de



vozes que se fazem ouvir e ecoam um mantra que enaltece a alma preta e diz, nós somos, estamos e chegamos pela educação.

É necessário que haja uma busca constante por igualdades que tragam um alento intelectual e não excludente e que permita que trabalhos, salários, moradias, educação e saúde sejam alcançadas de maneira igualitária e que isso não cause estranhamento, porém que seja visto como algo de normalidade aparente e real.

As reflexões aqui apresentadas, discutem a noção de representação, simulacro e representatividade. Ademais, traz questionamentos sobre mulheres negras, pois há uma invisibilização de negros na história, em especial das mulheres negras. Irromper com essa invisibilização demanda que a escola traga modelos outros de ensino, de representatividade negra e traga para dentro de seus muros histórias de mulheres que circulam fora de seu espaço.

Desta forma, é necessário estar atento às vozes da liberdade para se perceber que gênero, cor, raça não podem ser marcadores humanos. A igualdade deve ser vista de uma forma tão natural quanto o nascimento de um ser e as práticas educativas devem ser tão libertadoras que o acesso à educação seja vivenciado de maneira equânime e real. Enquanto a educação não for acessível a todos de forma equitativa à mulher negra caberá apenas o papel de bá, de tia da cozinha, anônima em meio à massa que só é convocada para o trabalho braçal cuja amnésia coletiva não legitima a real contribuição da mulher educadora além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S; RIBEIRO, D. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, M. G. F. **O lugar da escola: as representações sociais de famílias em situação de vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Recife: Pernambuco, 2014.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra.

Revista Sociedade e Estado, v.31, nº 1, Janeiro/Abril, 2016, p.15-24.



BOURDIEU, P. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FRANCISCO, M.. Mulheres Negras na Política: O futuro é uma mulher preta. **Revista Docência e CiberCultura**, 2019.

FREITAS. T. P. de. **Mulheres Negras na Educação Brasileira**. 2017. Disponível em: <<https://blogdatais.com.br/mulheres-negras-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em 19 mar. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade/Bell Hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ed- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. INSTITUTO UNIBANCO. **Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade**. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>> Acesso em: 17 fev.2023.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão de mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), 2017, pp. 12-32.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.p.07-09

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.

_____. OXFAM BRASIL. **A participação de mulheres negras na política importa! Entenda os motivos**. Oxfam Brasil, 25 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-na-politica/>>. acesso em 25 mar. 2021.



PORTAL GELEDÉS. **10 mulheres negras ativistas de destaque no Brasil**. Portal Geledés. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/10-mulheres-negras-ativistas-de-destaque-brasil/>>. Acesso em 19 mar. 2021.

REINHOLZS, F. **25 de julho**: A visibilidade da mulher negra e a luta para romper o silêncio. Portal Geledés, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/25-de-julho-a-visibilidade-da-mulher-negra-e-a-luta-para-romper-o-silencio>>. Acesso em 23 mar. 2021.

REZINO, L; FREITAS, P. S. Em diálogo Gilles Deleuze e Platão: do Simulacro à Reversão do Platonismo. **Idéias**, Campinas, SP, v.9, n.2, p. 209-232, jul./dez. 2018, p.209-232.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte(MG): Letramento, 2017.

SILVA, A. F. L.; SILVA, G. M. B.. “Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras. **REIS**, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019, p. 42 – 56, Rio Grande. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531151049_ARQ_UIVO_COPENE2.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

VIEIRA, L. P. A importância da representatividade negra nas escolas e o longo caminho a ser percorrido. **Revista Quero Bolsa**, 2020. Disponível em:<<https://querobolsa.com.br/revista/a-importancia-da-representatividade-negras-escolas-e-o-longo-caminho-a-ser-percorrido>>. Acesso em: 23 out. 2021.

YASHAR, D. **Contesting citizenship in latin America**: the rise of indigenous movements and the postliberal challenge. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

APÊNDICE - REFERÊNCIA NOTA DE RODAPÉ

4. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/02/02/gloria-maria-morre-no-rio.ghtml>

5. Idem.

6. <https://br.ign.com/cinema/102735/feature/a-mulher-rei-qual-a-historia-real-por-tras-do-filme-de-viola-davis>

7. <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-263074/>



Enviado: 03 de março, 2023.

Aprovado: 22 de junho, 2023.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosário – UNR Argentina. Graduada em Letras Vernáculas pela UFBA – Universidade Federal da Bahia. Possui pós-graduação e Currículo, didática e Avaliação pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Pós-graduação em Metodologia do Ensino de língua Portuguesa e literatura pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e letras de Candeias- Bahia. Formação em Língua Espanhola certificado pelo DUCLE – ARGENTINA. Professora de Língua Espanhola e Língua portuguesa. Gestora do Colégio Estadual Professora Maria Leal Lopes, Nova Ibia – Bahia. ORCID: 0000-0003-3020-5587. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114289789519175>.

² Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Especialista em Educação e diversidade étnico-cultural pela UESB e Licenciada em História pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI. Licenciada em Pedagogia da Terra pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professora e coordenadora. ORCID: 0009-0007-8100-030X. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2591259935987042>.

³ Orientadora. Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosário – UNR Argentina, Graduação em licenciatura em Letras. Universidade do Estado da Bahia, UNEB e em Pedagogia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e letras de Candeias- Bahia. Mestrado profissional em Teologia. Escola Superior de Educação, EST, Brasil. Especialização em Estudos Linguísticos e Literários. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialização em Planejamento e Gestão de Sist. Educ. Distância. Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Faculdades Integradas de Patos- FIP, Especialização em Metodologia de Ensino para Educação Profissional, UNEB-BAHIA. Brasil. Formação em Língua Espanhola certificado pelo DUCLE – ARGENTINA. ORCID: 0009-0005-3238-0700. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4639452459961076>.